



---

**ANEXO A**  
**CADERNO DE ENCARGOS**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. É objeto do presente contrato a aquisição de sinalização de trânsito vertical, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

**Cláusula 2.ª**

**Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

**Cláusula 3.ª**

**Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª**

**Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Maria Bela da Silva Ferreira, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e plano de execução**

1. O prazo de execução tem início após a assinatura do contrato e termina a 31 de dezembro de 2025 ou até à extinção total das quantidades, consoante o que ocorrer primeiro.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo<sup>1</sup> ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

---

<sup>1</sup> Quando aplicável



- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Subcontratação**

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual**

- 1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
- 2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
- 3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
- 4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
- 5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
- 6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer, outro fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Procedimentos para pagamento**

- 1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
- 2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
- 3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
- 4. Condições de pagamento:
  - a) Após entrega dos bens.



#### **Cláusula 10.ª**

##### **Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.



### **Cláusula 13.ª**

#### **Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.



3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 17.ª**

**Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

**Cláusula 18.ª**

**Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.



---

### Cláusulas especiais do caderno de encargos

#### Cláusula 19.ª

##### Preço Base

O preço base do procedimento é de 58.000,00€, acrescido de IVA a taxa em vigor.

#### Cláusula 20.ª

##### Caraterísticas Técnicas dos Bens / Quantidades

De forma a assegurar a contínua renovação e colocação de sinalização de trânsito vertical no concelho de Guimarães, pretende-se a aquisição de sinais em conformidade com o Regulamento de Sinalização de Trânsito (Decreto Regulamentar 6/2019, de 22 de outubro), e com as seguintes características:

1. Em chapa de alumínio com 2.0 mm de espessura (no mínimo), estampada com aba e contra aba, sem furações;
2. Refletorizados com tela retrorrefletora tipo *Diamond Grade*, conforme quantidades discriminadas no quadro;
3. Refletorizados com tela retrorrefletora tipo *High Intensity*, conforme quantidades discriminadas no quadro;
4. Refletorizados com tela retrorrefletora tipo 3M *SCOTCHLITE Engineer Grade* de 7 anos de garantia, conforme quantidades discriminadas no quadro;
5. Sem tela retrorrefletora, conforme quantidades discriminadas no quadro;
6. Dimensão do tipo normal (700 mm + orla), salvo indicação em contrário;
7. Duas abraçadeiras em alumínio, por placa, para tubos de 1 ½", com estrias anti rotação;
8. Parafusos e porcas, quatro por suporte, em aço inox;
9. Os sinais a fornecer deverão ostentar no tardoze respetivo, etiqueta com a marcação CE, identificando igualmente o mês e ano de produção, e logotipo do município;
10. Os espelhos deve ser produzido em acrílico especial é montado com uma junta preta de PVC, num corpo de polipropileno com rede. Produzido com materiais leves e de alta qualidade, este espelho tem elevada resistência aos raios UV e às condições climáticas, tornando-o ideal para aplicações no exterior;
11. Nos painéis adicionais para sinais com dimensão normal, o que se pretende é que seja fornecido as placas com as medidas dos modelos (1 "50m" e 11d), apenas com o fundo em ***Engineer Grade*** mas **sem qualquer inscrição, só a placa**;
12. Os espelhos a fornecer deverão ostentar no tardoze respetivo, identificação do mês e ano de produção, e logotipo do município;
13. Exemplo fotográfico do modelo de espelhos pretendidos, abaixo da tabela de designação dos sinais.



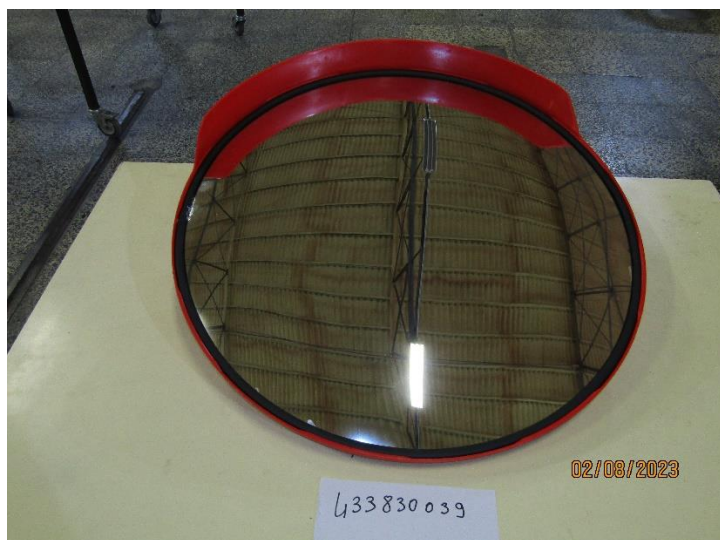
**Quadro - Tela retrorrefletora tipo *Diamond Grade*, Tela *High Intensity*, Tela retrorrefletora 3M SCOTCHLITE *Engineer Grade* e Outros.**

DESIGNAÇÃO DO SINAL	TELA	QUANTIDADE
Sinal C13 – “Proibição de Exceder a Velocidade Máxima de 40 km/H”	<i>Diamond Grade</i>	40
Sinal A2a – “Lomba”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal A25 – “Trânsito nos Dois Sentidos”	<i>Diamond Grade</i>	15
Sinal C15 – “Estacionamento Proibido”	<i>Engineer Grade</i>	20
Sinal C1 – “Sentido Proibido”	<i>Diamond Grade</i>	45
Sinal C16 – “Paragem e Estacionamento Proibidos”	<i>Engineer Grade</i>	45
Sinal C2 – “Trânsito Proibido”	<i>Diamond Grade</i>	80
Sinal H3 – “Trânsito de Sentido Único”	<i>Diamond Grade</i>	30
Sinal A16a – “Passagem de Peões”	<i>Diamond Grade</i>	30
Sinal B2 – “Paragem Obrigatória –STOP”	<i>Diamond Grade</i>	150
Sinal D1a – “Sentido Obrigatório à Direita”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal D3a – “Obrigação de Contornar a Placa ou Obstáculo”	<i>Diamond Grade</i>	30
Sinal C21 – “Fim da Paragem ou Estacionamento Proibido”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal A4a – “Passagem Estreita”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal A4b – “Passagem Estreita Esquerda”	<i>Engineer Grade</i>	12
Sinal A4c – “Passagem Estreita Direita”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal D1e – “Sentido Obrigatório”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal H7 – “Passagem para Peões”	<i>Diamond Grade</i>	200
Sinal O6a – “Baia Direcional”	<i>High Intensity</i>	20
Sinal H20a – “Paragem de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros”	<i>High Intensity</i>	30
Sinal C3b – “Trânsito Proibido a Veículos Pesados”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal H1a – “Estacionamento Autorizado”	<i>Engineer Grade</i>	40
Sinal H4 – “Via Pública sem Saída”	<i>Engineer Grade</i>	35
Sinal O7a – “Baliza de Posição Direita”	<i>High Intensity</i>	20
Sinal H37 – “Fim de Velocidade Recomendada 30KM/H”	<i>Diamond Grade</i>	20
Sinal H6 – “Velocidade Recomendada 30KM/H”	<i>Diamond Grade</i>	40
Sinal C13 - “Proibição de Exceder a Velocidade Máxima de 50 km/H”	<i>Diamond Grade</i>	25
Espelho Parabólico –600mm <b>(1)</b>	-	145
Painéis Adicionais para Sinais com Dimensão Normal:	-	-





<b>Tamanho da Placa do (Modelo 1 "50m") Mas Sem Inscrição, Só a Placa</b>	Engineer Grade	10
<b>Tamanho da Placa do (Modelo 11d) Mas Sem Inscrição, Só a Placa</b>	Engineer Grade	20
Modelo 21 – Indicador de Lomba Redutora de Velocidade	Engineer Grade	20
Painéis Adicionais Sinais Zona c/ Dimensão Normal (duas linhas):	-	–
Modelo 10a Exceto Tomada ou Largada de Crianças, num Máximo de 5 Minutos	<i>Engineer Grade</i>	10
Modelo 10a Exceto Recolha de Resíduos Urbanos	<i>Engineer Grade</i>	10
Modelo 10b Nos Dias Úteis, no Período das 08H30 às 19H30, e a o Sábado, das 08H30 às 12H30.	<i>Engineer Grade</i>	20
Sinal A5 – “Pavimento Escorregadio”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal A14 – “Crianças”	<i>Engineer Grade</i>	10
Sinal A19a – “Animais”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal A29 – “Outros Perigos”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal H7a – “Passagem para Velocípede”	<i>Diamond Grade</i>	10
Sinal H48 – “Lomba Redutora de Velocidade”	<i>Diamond Grade</i>	15





(1) Fotografia de frente e verso dos espelhos parabólicos

#### Cláusula 21.ª

##### Entrega dos bens objeto do contrato

1. A entrega dos bens objeto do contrato será efetuada de forma faseada, até ao término do contrato.
2. Os bens e respetivas quantidades a serem entregues em cada fase serão os que a entidade adjudicante indicar, mediante envio de **Pedido de Fornecimento (PFO)**.
3. O Prazo de entrega dos bens será de dez dias após a receção do PFO, via correio eletrónico.
4. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues acondicionados em paletes no **Armazém Geral**, situado na rua das Lameiras, nº 205, freguesia de Polvoreira – 4835-177 Guimarães.



5. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização, ou funcionamento daquele.
6. Com a entrega do bem objeto do contrato, ocorra a transferência da posse e da propriedade daquele para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento do, mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
7. Todas as despesas e custos com o transporte do bem, feito em palete, e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Verificação da execução**

1. As operações de verificação quantitativa têm por objeto comprovar a conformidade das quantidades solicitadas com as quantidades fornecidas, constantes na guia de remessa ou fatura.
2. As operações de verificação qualitativa têm por objeto comprovar a conformidade da qualidade dos bens/produtos fornecidos com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos bem como as legalmente exigidas.
3. O Município de Guimarães poderá efetuar, no período de fornecimento, as operações de verificação quantitativa e qualitativa que necessitem apenas de um exame sumário.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Decisões após verificações**

1. Após a verificação quantitativa e qualitativa dos produtos, o Município de Guimarães aceita ou rejeita os mesmos.
2. Em caso de rejeição, o Município de Guimarães informará o fornecedor por escrito devendo este proceder à sua custa e no prazo que lhe for determinado, às substituições, alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o verificado no número acima, o município de Guimarães procede a nova verificação nos termos da cláusula 24ª, após o que, caso comprove a conformidade, aceita os produtos.